

DEPUTADOS DO BRASIL NAS CORTES PORTUGUESAS DE 1821-22¹

Márcia Regina Berbel

RESUMO

A autora reconstitui e analisa a atuação dos deputados brasileiros nas Cortes Constituintes portuguesas de 1821 e 1822, a partir da leitura dos *Diários* daquelas Cortes. Além das divergências acerca da configuração político-administrativa do Estado luso-brasileiro entre deputados de Portugal e do Brasil, examina-se a diversidade de alinhamentos e propostas entre estes últimos, ao representarem os interesses de suas respectivas províncias. Enfatiza-se a utilização do conceito de nação nos debates constituintes em face da crise do império português, às vésperas da independência brasileira.

Palavras-chave: Cortes portuguesas de 1821-22; nação; Independência; liberalismo.

SUMMARY

Based on the daily registers of the Portuguese Constituent *Cortes* of 1821 and 1822, the author reconstructs and analyzes the participation of Brazilian representatives to these assemblies. Beyond the divergent views that divided Portuguese and Brazilian representatives with regard to the political and administrative configuration of the Luso-Brazilian State, the author also examines the different positions and proposals that emerged among the Brazilians, who represented the interests of their respective provinces. Finally, the article emphasizes the use of the concept of nation in the constitutional debates that focused on the crisis of the Portuguese empire on the eve of Brazilian independence.

Keywords: Portuguese Cortes of 1821 and 1822; nation; independence; liberalism.

Este artigo parte de uma leitura do *Diário das Cortes Constituintes portuguesas de 1821 e 1822*. Trata-se de um material riquíssimo, pois, ao registrar os debates diários entre os deputados de Portugal e do Brasil, nos coloca em contato com questões fundamentais para a organização dos Estados emergentes da crise do império português. Ali podemos identificar os sinais das principais polêmicas travadas pelos políticos do Brasil independente durante o século XIX, bem como os dilemas de Portugal após a perda de seus domínios americanos.

Apesar da importância desses registros, eles não foram sistematicamente explorados no Brasil. Extratos e referências acerca dos debates das Cortes aparecem em todos os importantes estudos sobre a Independência, mas o conjunto do material foi analisado poucas vezes. Em Portugal, porém,

(1) A análise aqui apresentada originou-se de tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, sob o título *Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas de 1821 e 1822: Um estudo sobre o conceito de nação*.

as leituras, minuciosas ou pontuais, jamais deixaram de ocorrer desde o século passado.

Por isso, duas preocupações nortearam esta reflexão: relacionar as produções historiográficas do Brasil e de Portugal sobre a atuação desses parlamentares e identificar as principais propostas apresentadas pelos representantes do Brasil para a organização do Estado português. Quanto a estes últimos, no entanto, foi necessário explorar a noção de pertencimento à nação portuguesa, ao Brasil e ao local onde foram eleitos como deputados, ou seja, a província.

Nação entre o liberalismo e a independência

As reuniões de Cortes faziam parte da tradição monárquica portuguesa. Referiam-se ao encontro de representantes das três ordens de origem medieval: clero, nobreza e povo. No entanto, deixaram de ser convocadas desde 1698.

As Cortes Constituintes de 1821 e 1822 despertam interesse em razão de sua particularidade frente a essa conduta política: embora reivindicassem a tradição portuguesa, alinhavam-se à tendência liberal do século XIX e pretendiam um caráter constituinte para os seus trabalhos, clamando pela soberania da nação. Eram resultado da Revolução de 1820, iniciada no Porto, que exigia o retorno de D. João VI a Portugal, e dirigiam-se, portanto, a um rei distante da Europa desde 1808. Diferentemente de reuniões anteriores, incluíram a presença de 45 deputados eleitos no Brasil.

Um balanço da bibliografia mais conhecida em Portugal e no Brasil sobre o desempenho dos deputados de 1821 e 1822 suscita a formulação das principais questões para o desenvolvimento da discussão que ora se propõe:

i) Nota-se que o estudo sobre a atuação desses deputados está associado a dois temas mais amplos nos dois países: em Portugal, as propostas dos parlamentares vintistas foram vistas como parte do estudo da tradição liberal e do ideário da Revolução de 1820, enquanto no Brasil a atuação desses deputados aparece como um capítulo da história da Independência.

ii) Nos dois casos, o estudo associa-se a questões traumáticas: a reunião dos deputados das Cortes ocorreu no limiar da separação dos reinos do Brasil e de Portugal, razão pela qual a maior parte das interpretações formuladas sobre aqueles episódios esteve vinculada aos esforços para a afirmação das duas nacionalidades.

iii) Em Portugal, boa parte das interpretações dos séculos XIX e XX considera o vintismo, o pensamento político dos anos 20 do século XIX, como matriz da tradição liberal portuguesa e tende a valorizar a atuação dos deputados lusos nas Cortes; no Brasil, porém, a adesão final da maior parte dos deputados ultramarinos à Constituição produzida pela Assembléia é entendida como fato antiindependência ou como exceção em um contexto emancipacionista na Colônia.

iv) Tais diferenças talvez expliquem a disparidade quanto ao número de estudos empreendidos nos dois países: em Portugal, retoma-se com frequência a perda da matriz liberal, e no Brasil permanece a incompreensão da adesão de "brasileiros" a uma Constituição elaborada na Metrópole².

Essas considerações nortearam nossa proposta: observar o conceito de nação utilizado nas Cortes. Uma opção tanto viável quanto insatisfatória, pois nos restringimos à análise dos discursos sem avançar no conhecimento sobre os parlamentares que os proferiram. No entanto, acreditamos que o rastreamento da utilização do conceito possa auxiliar na compreensão das propostas elaboradas às vésperas da independência brasileira.

Ao definir nação como um conceito, pensamos que a palavra atingia, no trabalho das Cortes do início do século XIX, a estatura de projeto político. Não se tratava, unicamente, de uma idéia partilhada por uma comunidade e definidora de sua identidade. Embora esse aspecto estivesse presente na utilização do termo, vinha acompanhado de uma indefinição sobre a forma de estabelecer a soberania dessa comunidade, bem como sobre aqueles que deveriam integrá-la.

Herdeiros do ideário da Revolução Francesa, os constituintes de 1821 e 1822 já pensavam que a soberania deveria residir na nação. Associavam a soberania do Estado luso-brasileiro à soberania de um corpo de cidadãos, mas estavam sob o contexto pós-Congresso de Viena e acreditavam ser possível conciliar tais princípios com o da legitimidade dinástica. Entre divergências de várias ordens, estabeleciam projetos para alcançar essa soberania. No entanto, ainda não se referiam a uma sociedade de massas, que só a Revolução Industrial viria constituir. O corpo de cidadãos que deveria compor a nação era formado pelos súditos de um mesmo rei e os fundamentos para a sua soberania confundiam-se com os princípios da própria nobreza.

A única nação reconhecida pelos constituintes de Lisboa era a portuguesa, cuja soberania era defendida pelos representantes tanto de Portugal como do Brasil. Houve divergências entre os representantes dos dois reinos, sendo possível identificar duas grandes linhas de compreensão sobre a constituição da nação, mas os representantes das províncias do Brasil, por sua vez, não eram portadores de um único projeto político. Enfáticos na defesa da unidade da nação portuguesa, divergiam quanto à forma de estabelecê-la. É o exame dessas divergências que constitui o principal objetivo da análise que se segue.

Nacionalismo em Portugal e diversidade no Brasil

A análise dos processos eleitorais realizados nos dois reinos auxilia a compreensão de duas características presentes nos discursos dos deputados: o nacionalismo de Portugal e a diversidade das bancadas do Brasil.

(2) Essas conclusões foram obtidas a partir da leitura de autores significativos para as interpretações mais conhecidas sobre a atuação dos deputados de 1821 e 1822. Dentre os brasileiros, destacamos: Varnhagen, Francisco Adolfo. *História da Independência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1957; Lima, Manuel de Oliveira. *O movimento da Independência: 1821-1822*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia; Prado Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972; Rodrigues, José Honório. *Independência: Revolução e contra-revolução*. São Paulo: Perspectiva, 1972. E entre os portugueses: D'Arriaga, José. *História da Revolução Portuguesa de 1820*. Porto: Livraria Portuense, 1888; Oliveira Martins. *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa América, 1989; Azevedo, Julião Soares de. *Condições econômicas da Revolução Portuguesa de 1820*. Lisboa: Básica, 1976; Santos, Fernando Piteira. *Geografia e economia da Revolução de 1820*. Lisboa: Publicações Europa América, 1980.

No caso de Portugal, a formação do nacionalismo vintista ocorreu em oposição à transferência da Corte e, sobretudo, à formação do Reino Unido em 1815. Por esse motivo, as definições nacionalistas dos revolucionários de Portugal excluía, no limite, os habitantes do Brasil. Desde janeiro de 1820, mantiveram estreitos contatos com os liberais da Espanha e contaram com a possibilidade de uma União Ibérica, caso perdessem os domínios ultramarinos.

Contra a transferência da Corte, o movimento revolucionário vintista amalgamou diversos setores sociais. Incluiu os negociantes do Porto e de Lisboa e, atendendo a esses interesses, procurou a adesão dos habitantes dos domínios coloniais para reaver os privilégios comerciais perdidos desde 1810. Por isso, as Bases da Constituição, aprovadas em março de 1821, definiam a nação como "os portugueses de ambos os hemisférios".

Contudo, o mesmo movimento incluía setores da nobreza presentes no reino europeu e sequer cogitava uma ruptura com a dinastia de Bragança. Assim, durante os primeiros meses dos trabalhos constituintes, na ausência dos deputados do Brasil e sem o conhecimento das posições do monarca, houve pressões para que a desejada adesão das capitanias do Brasil ocorresse a partir da convocação de D. João. Tal posição correspondia a uma postura geral que visava limitar os poderes do Congresso e fortalecer os do rei.

Os jornais liberais, sobretudo aqueles publicados no exílio, opunham-se desde 1815 ao projeto de Reino Unido, clamando pela vontade geral da nação e contra os desígnios do monarca. Por outro lado, os setores descontentes da nobreza justificavam suas queixas mediante uma tradição portuguesa fundamentada na reunião regular das Cortes, a qual, traída pelo absolutismo, deveria ser restaurada. Como resultado dessas duas vertentes, os textos da Assembléia Constituinte associaram freqüentemente vontade geral à tradição e à história da "família portuguesa".

As divergências desse amálgama do reino europeu já haviam aparecido nas instruções eleitorais em outubro e novembro de 1820. Enquanto os liberais de Lisboa pressionaram para a adoção dos critérios eleitorais espanhóis definidos em Cádiz, os setores da nobreza tentaram estabelecer critérios próprios e ainda muito próximos das reuniões tradicionais das Cortes. Finalmente, adotaram-se os critérios espanhóis.

Essa definição introduzia a província como última instância eleitoral. O termo espanhol significava a unidade política de adesão ao movimento liberal revolucionário. Em Portugal, remetia às unidades político-administrativas do Reino. E no Brasil as províncias não existiam, nem mesmo depois de 1815, quando o reino ultramarino foi institucionalizado. A unidade provincial no Ultramar só foi reconhecida, formalmente, a partir de um decreto de março de 1821, e o seria de fato quando os deputados provinciais ultramarinos passassem a integrar as Cortes. Esse decreto, porém, só foi emitido depois de duas importantes adesões no Brasil: as do Pará e da Bahia.

Este é um dos aspectos que remetem à diversidade dos processos eleitorais no Brasil. A adesão do Pará, em 1º de janeiro de 1821, ocorreu

antes mesmo da instalação das Cortes em Lisboa, no dia 26. Obedecia às instruções eleitorais de novembro, baseadas na Constituição de Cádiz³, e formou na capitania uma junta provincial, destituindo o governador nomeado por D. João VI. Assim, antes de qualquer determinação dos deputados de Portugal, o Pará considerava-se uma unidade provincial integrada ao processo constitucional iniciado no Porto. Somente em 27 de março as Cortes seriam formalmente avisadas dessa adesão e o Pará passaria a ser considerado província.

Logo após a instalação da Assembléia, em 10 de fevereiro, a Bahia formou uma junta provincial e aderiu ao movimento constitucional, assumindo os princípios da Constituição de Cádiz. As eleições para deputados, porém, só ocorreram em 2 de setembro e constituíram-se a partir da negociação entre vários setores divergentes. Tratando-se de uma capitania fundamental para a composição do Reino do Brasil, em virtude de suas atividades econômicas e de sua importância político-administrativa, o processo iniciado na Bahia causou maiores comoveções tanto no Rio de Janeiro quanto nas regiões vizinhas. O movimento constitucional espalhou-se pelo Nordeste e os governos locais, nomeados como interventores de D. João desde 1817, passaram a agir no sentido de controlar as adesões.

No Rio de Janeiro, a notícia da adesão baiana fez recrudescer as tensões entre os principais ministros do Reino. Pensou-se de início em enviar D. Pedro a Portugal com poderes para controlar o movimento e, paralelamente, formar uma comissão indicada pelo rei com a tarefa de elaborar uma Constituição para o Brasil. No entanto, a manifestação de 26 de fevereiro fez com que, a partir da interferência de D. Pedro, o rei também jurasse a Constituição espanhola e se decidisse pelo retorno à Europa.

A partir de então, as adesões ao movimento constitucional passaram a ter um caráter dúbio. Deixavam de ser incorporações voluntárias ao processo revolucionário e, também, indicavam obediência aos desígnios do monarca. Por outro lado, somente a partir de março, quando as Bases da Constituição foram definidas, as Cortes expediram um decreto que reconhecia as antigas capitanias como unidades provinciais e regulava as eleições de acordo com os critérios de novembro.

Como já mencionamos, a adesão das colônias da América a partir de um chamado do monarca alinhava-se às propostas daqueles que, em Portugal, pensavam na unidade do Império liderada pelo apelo da família de Bragança.

O governador de Pernambuco, Luís do Rego, agiu logo depois do juramento de D. João, convocando eleições em sua capitania. Assim, alinhou-se ao movimento constitucional e os deputados eleitos, majoritariamente ex-participantes da Revolução de 1817, foram os primeiros a seguir para a Europa. No entanto, o governador resistiu seriamente à formação de uma junta de governo em Pernambuco.

Os governadores do Ceará, Paraíba e Sergipe fizeram o mesmo. Como resultado, Sergipe não teve representação nas Cortes e as eleições no Ceará e Paraíba só ocorreram em novembro de 1821 e fevereiro de 1822,

(3) Essa Constituição foi elaborada entre 1810 e 1812 por Cortes reunidas na cidade de Cádiz enquanto quase todo o território espanhol estava ocupado pelos exércitos napoleônicos. O texto final insistia na soberania da nação espanhola contra o invasor francês e, para atingir este objetivo, tornava-se radical na limitação dos poderes atribuídos ao monarca, bem como nos critérios de participação do "povo" na escolha dos representantes constitucionais. Atribuía somente a Fernando VII, o rei destituído, o direito legítimo de dirigir o Estado espanhol. Tornou-se, porém, um instrumento contra este mesmo rei quando, a partir de janeiro de 1820, foi retomada pelos liberais em um movimento revolucionário contra o absolutismo.

respectivamente, quando o movimento constitucional enfim se impôs. No entanto, juntas provinciais foram formadas no Maranhão, em abril de 1821, no Rio Grande do Norte, em maio, e em Alagoas, em junho, a partir da iniciativa dos antigos governadores, que, por meio desse recurso, lideraram a escolha dos deputados.

O resultado das eleições no Norte e Nordeste apontou para uma maioria de parlamentares alinhados com o liberalismo das Cortes, fosse em razão das ligações mais intensas com Lisboa, como no caso do Pará, fosse em função das reivindicações não satisfeitas em 1817.

No Rio de Janeiro, as eleições para deputados só ocorreram em maio de 1821 e o seu processo foi marcado pelas indefinições do governo de D. João, que adiara seu retorno a Portugal até o mês de abril. O rei partiu depois da reunião dos eleitores de comarca no dia 22, transformada em manifestação pública e encerrada pela interferência de tropas. A escolha dos deputados fluminenses ocorreu por ordem do príncipe regente, mas os eleitos não expressaram apoio ao governo do Rio de Janeiro. Eram majoritariamente residentes em Portugal e ali estavam ligados a setores comerciais ou a importantes cargos administrativos.

Em São Paulo, as eleições também ocorreram no final de maio. No entanto, juntamente com a eleição da junta da província, expressou-se grande fidelidade a D. Pedro. Obedecendo à influência de José Bonifácio de Andrada e Silva⁴, o novo governo se submetia ao príncipe, mas não reconhecia seu gabinete e chegou a formar ministérios autônomos. Coerentemente, os deputados eleitos foram portadores de um programa que defendia a unidade do Reino do Brasil e a permanência de D. Pedro no Rio de Janeiro.

(4) Sobre o pensamento político e a trajetória de José Bonifácio, o "Patriarca da Independência", ver o volume organizado por Miriam Dolnikoff: *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A nação portuguesa dos pernambucanos, baianos e paulistas

Como já dito, nos discursos proferidos em Lisboa é possível identificar divergências entre deputados de Portugal e do Brasil e, também, entre bancadas do mesmo reino. Quanto às divergências entre os deputados de Portugal, nada avançamos além das conclusões já obtidas pelo historiador português Valentim Alexandre⁵. Entre os trabalhos recentes, o deste autor tem o mérito de, a partir de uma minuciosa leitura do *Diário das Cortes*, diferenciar as propostas liberais adotadas no Congresso. Por isso, utilizamos a sua classificação quanto aos deputados de Portugal (integracionistas e moderados) e a periodização daí decorrente com relação às políticas adotadas pelo Congresso, pois estas incluíam diferentes projetos para o Brasil. No entanto, o historiador não se ocupa das diferenças entre os deputados eleitos nas províncias brasileiras.

Partindo das divergências entre os deputados de Portugal, Valentim Alexandre estabelece fases distintas nas políticas do Congresso. A primeira delas, de janeiro a abril de 1821, anterior à decisão de D. João VI de retornar

(5) Alexandre, Valentim. *Os sentidos do Império — Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

a Portugal, seria caracterizada pela expectativa quanto às reações nas diferentes regiões brasileiras e conteria duas ordens de preocupações: estender a Revolução ao Brasil e negociar com o rei o reconhecimento do Congresso instalado em Lisboa. Nessa primeira fase, os liberais, moderados e integracionistas, convergiram quanto à tática a ser privilegiada: tratava-se de impor a soberania do Congresso.

Entre abril e agosto de 1821, antes de os primeiros deputados do Brasil passarem a integrar as Cortes, teríamos uma fase ofensiva para a eleição dos deputados de Ultramar. Essa política foi favorecida pela aprovação das Bases da Constituição e pelo decreto para a eleição dos deputados ultramarinos, ambos expedidos em março. No entanto, as decisões do monarca, tomadas durante o mês de abril, foram decisivas para que essa política ofensiva passasse à ordem do dia. Sabia-se, desde então, que o rei retornaria a Lisboa disposto a se submeter à Constituinte, mas também não se ignoravam os decretos que conferiam plenos poderes ao príncipe para governar o Brasil, a partir do Rio de Janeiro. Os deputados de Lisboa temiam que o governo de D. Pedro agisse no sentido de impedir o processo eleitoral nas "colônias da América" e, por isso, passaram a exigir a presença dos deputados do Brasil.

Em julho, com a chegada do rei em Lisboa, atualizando as notícias sobre o Rio de Janeiro, os liberais passariam a esboçar duas linhas de atuação para o controle do território brasileiro. Os moderados, liderados por Borges Carneiro, propunham envio de tropas para a capital do Reino do Brasil, tendo em vista controlar as rebeliões e o príncipe regente. Os integracionistas, encabeçados por Fernandes Tomás, apostavam na total integração política, por via constitucional, para realizar o mesmo controle.

O ingresso da bancada pernambucana, em agosto de 1821, coincide com o início de uma nova fase: a vitória da política integracionista, que prevaleceria no Congresso até o mês de dezembro. Ainda que o envio de tropas para o Rio de Janeiro tenha sido aprovado em 25 de agosto, por uma pequena margem de votos, as propostas de organização do Estado português seriam coerentes com o pensamento de Fernandes Tomás.

A definição do integracionismo do historiador português refere-se à idéia de uma nação portuguesa plenamente integrada mediante vínculos político-administrativos. Pensamento que se justifica pela existência de uma "família portuguesa", unida por uma mesma tradição e por uma história comum, que teria se espalhado pelos "quatro cantos do mundo". Tal "família", cuja "mãe pátria" seria Portugal, reconheceria um centro por meio da política.

Essa integração deveria ocorrer no Legislativo (composto por uma única Câmara, que se reuniria em Lisboa), no Executivo (exercido unicamente pelo rei, residente em Lisboa) e no Judiciário (todas as últimas instâncias de julgamento deveriam ser realizadas em Lisboa).

Desta forma, a primeira proposta de organização do Estado português que se estendia ao Ultramar obedecia a esses princípios. Foi apresentada em agosto, alguns dias antes do ingresso da bancada pernambucana, e

estabelecia que: as capitanias eram transformadas em províncias; os governadores nomeados por D. João estavam depostos e juntas provinciais deveriam assumir o controle dos governos locais; as juntas já formadas, como a da Bahia e a do Pará, eram reconhecidas como os legítimos governos provinciais; estes teriam seus presidentes subordinados às Cortes e ao rei; não teriam qualquer autoridade militar e um governo de armas deveria ser formado em cada província, também submetido a Lisboa; todos os órgãos de governo formados no Rio de Janeiro depois da transferência da Corte deveriam ser extintos; o príncipe regente deveria voltar para a Europa, retirando-se do Brasil o estatuto de unidade política com relativa autonomia.

Nessa fase da política das Cortes, duas outras delegações estavam presentes em Lisboa, além da pernambucana: a fluminense e a baiana. É possível identificar diferenças importantes na atuação da maioria dos deputados de cada uma dessas representações:

Os pernambucanos, primeiros a integrar o Congresso, subscreveram a proposta acima sem qualquer objeção. Assim, alinharam-se ao projeto integracionista de Fernandes Tomás e às suas intenções de controle do governo do Rio de Janeiro. Aceitaram a implementação do projeto na capitania de Pernambuco quando ainda estava em fase de discussão preparatória, pois as medidas mencionadas permitiam a destituição do governador Luís do Rego, que, como vimos, opunha-se à formação de uma junta provincial.

A atuação da delegação de Pernambuco garantiu a satisfação de algumas reivindicações pendentes na província desde 1817. Além da formação da junta provincial, obteve, em 25 de setembro, a revisão do funcionamento da Cia. de Comércio da Paraíba e Pernambuco, responsável pelo monopólio dos tráficos coloniais desde as reformas de Pombal.

Uma questão, porém, parece ter impedido o total acordo entre pernambucanos e integracionistas de Portugal: a idéia da representação provincial. Para Fernandes Tomás, entre outros, a representação da nação integrada no Congresso não pressupunha a existência de delegações provinciais. De acordo com essa concepção, ainda que os deputados tivessem sido eleitos nas províncias, eram representantes da nação e poderiam decidir sobre qualquer assunto das outras unidades provinciais. Os pernambucanos foram de encontro a essa formulação quando solicitaram a espera dos delegados fluminenses para decidir sobre o envio de tropas ao Rio de Janeiro.

Nesse ponto, pernambucanos e fluminenses tinham algo em comum. A entrada destes últimos no Congresso fez com que a questão enunciada sobre representação nacional e provincial ganhasse evidência. Em função da objeção de um deputado fluminense, Martins Basto⁶, a discussão sobre a organização dos governos provinciais foi suspensa. Questionando a centralização do Judiciário em Lisboa, ele associou à idéia da representação provincial uma outra: a da esfera de poder (ou de soberania) cabível às províncias para o julgamento dos magistrados. O mesmo deputado defendia a idéia de que alguns órgãos transferidos para o Rio de Janeiro, como a Casa

(6) Luís Martins Basto, apesar de nascido e eleito no Rio de Janeiro, residia em Portugal desde o seu ingresso na Universidade de Coimbra, onde se formou em 1801. Desde então, tornou-se comerciante e tudo indica que esteve envolvido já nos primeiros episódios da Revolução Liberal portuguesa.

de Suplicação, lá fossem mantidos, conferindo algum grau de unidade (e de soberania) ao Reino do Brasil.

Nessa associação entre representação provincial e soberania para a província, o deputado fluminense não obteve o apoio dos pernambucanos. Porém, quando o Congresso decidiu pela intervenção militar em Pernambuco, ele não fez qualquer objeção. A decisão do envio de tropas clarificava a proposta de controle das armas por Lisboa e a possibilidade de controle das unidades provinciais. Todos os pernambucanos votaram contra a proposta e não contaram com o apoio da maioria dos fluminenses.

O problema estava enunciado: diante do projeto integracionista, qual seria o grau de soberania cabível às províncias? A questão havia sido colocada em três níveis: Legislativo (representação no Congresso), Executivo (controle das forças armadas) e Judiciário (recurso para julgamento dos magistrados).

Como vimos, porém, os deputados fluminenses e pernambucanos apresentaram objeções diferentes ao projeto elaborado por Fernandes Tomás. Os primeiros, por intermédio de Martins Basto e Vilela Barbosa⁷, questionaram a centralização do Judiciário em Lisboa. Os últimos, no entanto, só se manifestaram quando o controle das armas em Lisboa foi utilizado para interferir em Pernambuco. Assim, os deputados pernambucanos chocavam-se diretamente com Borges Carneiro, defensor do envio de tropas, e permaneciam alinhados com as propostas integracionistas de Fernandes Tomás.

Nesse contexto, a entrada da delegação baiana exacerbou as divergências. Cipriano Barata⁸ propôs suspender os trabalhos do Congresso enquanto não chegassem todos os deputados do Brasil. Recorreu às Bases da Constituição: elas só se tornariam válidas para os habitantes de Ultramar quando seus representantes (eleitos nas unidades provinciais) estivessem no Congresso.

Mais à frente, Lino Coutinho e Borges de Barros⁹ defenderam a total extinção dos poderes do Rio de Janeiro e a autonomia das províncias no que se referia ao Judiciário. Dessa forma, contrapunham-se ao projeto integracionista de Fernandes Tomás, que havia merecido a concordância dos pernambucanos. Contrariavam, também, as propostas do fluminense Martins Basto, como a da manutenção da Casa de Suplicação no Rio de Janeiro. E, pelo mesmo motivo, distanciavam-se do moderado Borges Carneiro, que, ao contrário de Tomás, admitia alguma autonomia ao Reino do Brasil no âmbito do Judiciário.

Esboçava-se nesse momento, dezembro de 1821, uma alternativa ao projeto integracionista. No Brasil, as tensões aumentavam na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, evidenciando a insuficiência das propostas constitucionais para solucionar os conflitos das diversas regiões. Assim, Borges Carneiro passaria a acenar com uma outra forma de união, que pressupunha relativa autonomia político-administrativa: a integração de mercados. Com essa insinuação, foi criticado diretamente pelos fluminenses Gonçalves Ledo e Vilela Barbosa, mas parece ter angariado, ao menos inicialmente, certa simpatia dos representantes da Bahia.

(7) Francisco Vilela Barbosa, o futuro Marquês de Paranaguá, eleito no Rio de Janeiro, também residia em Portugal e atuava na Universidade de Coimbra. Além disso, fazia parte da Academia Real da Marinha.

(8) Cipriano José Barata de Almeida é o mais conhecido dos deputados baianos presentes em Lisboa. Já havia participado do movimento revolucionário da Bahia em 1798 e apoiado a Revolução Pernambucana de 1817. No entanto, tomou-se conhecido por suas atitudes após a Independência. Desde o retorno de Lisboa, engajou-se na publicação do *Sentinela da Liberdade*, instrumento de crítica ao governo imperial, recusou-se a participar da Constituinte brasileira e foi preso duas vezes por vários anos em virtude de sua atividade oposicionista.

(9) José Lino Coutinho era médico na Bahia quando aderiu ao movimento constitucional de 1821. Integrou a primeira Junta de Governo da Bahia como secretário, quando foi eleito. Diferentemente de Cipriano Barata, porém, engajou-se na política do Brasil independente como representante da Bahia nas duas primeiras legislaturas do Império. Domingos Borges de Barros, depois Visconde de Pedra Branca, era o mais abastados dos representantes baianos. Proprietário de engenho na região de Santo Amaro, teve participação política antes de 1821, como vereador do Senado da Câmara de Salvador. Integrou o quadro de políticos do Império como representante diplomático na França e, posteriormente, como senador.

De acordo com Valentim Alexandre, as políticas predominantes no Congresso entre os meses de janeiro e junho de 1822 foram as propostas pelos moderados. Como se sabe, no dia 9 de janeiro D. Pedro decidiu-se pela permanência no Rio de Janeiro e, assim, contrariou frontalmente o decreto integracionista das Cortes sobre a organização do Estado em Ultramar. Um conflito aberto entre os governos do Rio de Janeiro e de Lisboa passaria a dominar o cenário político. Desta forma, as propostas de Borges Carneiro para a integração de mercados apareciam como alternativa para a união dos domínios da monarquia lusa.

Essas idéias poderiam ser conciliadas com as propostas dos baianos. Para estes, as províncias deveriam ter um Executivo eleito, as leis deveriam ser feitas a partir da representação provincial e sua aplicação seria de inteira responsabilidade das províncias — uma proposta de "confederação nacional" que se opunha frontalmente à "nação integrada" de Fernandes Tomás, mas poderia ser conciliada com a integração econômica de Borges Carneiro. No entanto, antes que esse acordo se realizasse, a chegada dos paulistas em 11 de fevereiro de 1822, munidos do programa elaborado por José Bonifácio, alterou mais uma vez o quadro do Congresso de Lisboa.

Antonio Carlos de Andrada e Silva¹⁰ teorizou sobre dois aspectos já apresentados pelos baianos: o princípio "confederativo" da união nacional e o da "artificialidade" do pacto que embasava essa união. Analisando a situação em que se encontrava o Brasil, salientou diversas vezes que a união luso-brasileira só poderia acontecer se obedecesse ao duplo princípio da união de "corpos heterogêneos", que deveria supor a delegação de poderes do Executivo (o rei) para as unidades provinciais e, também, para o príncipe herdeiro no Rio de Janeiro. Para a primeira parte dessa argumentação utilizou-se freqüentemente do império britânico como exemplo. Evocou, assim, a independência dos Estados Unidos como um fantasma separacionista que só poderia ser evitado se o princípio da federação fosse admitido; tal união só aconteceria como resultado de um "milagre" que a política deveria obrar. Aí residia o segredo do pacto. Ele não existia *a priori*, como elemento constitutivo da "família portuguesa". A união dos portugueses havia ocorrido em função de um pacto anterior que a própria Revolução do Porto tinha se encarregado de destruir. Um novo acordo realizava-se naquele momento, em Lisboa, e a nação portuguesa nasceria dessa negociação política.

O programa de São Paulo foi apresentado a partir desses dois princípios. O projeto elaborado por José Bonifácio para a manutenção do Reino do Brasil estava associado à permanência do príncipe regente no Rio de Janeiro e não se referia à organização interna do Reino. Passaria a integrar o princípio da autonomia provincial durante os trabalhos do Congresso, a partir das proposições dos deputados de São Paulo. Estes procuravam, assim, atrair as delegações de Pernambuco e da Bahia, acenando com a possibilidade de autogoverno, já que os deputados de Portugal custavam a admitir essa idéia.

Durante o primeiro semestre de 1822, o clima de tensão só fez aumentar durante as sessões do Congresso. No Brasil, D. Pedro caminharia

(10) Antonio Carlos de Andrada e Silva, irmão mais novo de José Bonifácio, foi o mais importante orador paulista presente nas Cortes, atuando na defesa do programa elaborado em São Paulo. Havia participado da Revolução Pernambucana de 1817, quando era ouvidor de Olinda, cargo que ocupava desde 1815. Por esse motivo, ficou preso na Bahia durante quatro anos, sendo libertado para ser eleito como deputado em São Paulo, onde seu irmão tinha papel político fundamental. Ao final dos trabalhos constituintes em Lisboa, recusou-se a assinar a Constituição e fugiu para a Inglaterra, acompanhado pelos paulistas Diogo Antonio Feijó, José Ricardo da Costa Aguiar Andrada e Antonio Manuel da Silva Bueno e pelos baianos Cipriano Barata, Lino Coutinho e Agostinho Gomes. De volta ao Brasil, Antonio Carlos foi deputado da Constituinte brasileira e redigiu o projeto de Constituição que, como alvo das discordâncias de D. Pedro, foi motivo para a dissolução da Assembléia.

do "Fico", em janeiro, à convocação da Assembléia Constituinte, em junho, acirrando gradativamente a oposição às Cortes. Em Lisboa, a maioria dos deputados respondeu com ameaças, envio de tropas e, finalmente, com a condenação da Junta de São Paulo e a exigência do retorno imediato do príncipe. Foi nesse contexto que as propostas de integração econômica, última esperança para a união, foram discutidas no Congresso, durante os meses de abril e maio de 1822.

As teses de Borges Carneiro sobre a complementaridade dos interesses econômicos entre as partes da Monarquia eram baseadas em um projeto elaborado pelos comerciantes de Lisboa e foram rebatidas, principalmente, por Antonio Carlos. O deputado de Portugal propunha, basicamente, a suspensão dos tratados de 1808, o privilégio de consumo dos produtos das diversas partes da Monarquia, a exclusividade portuguesa no transporte de gêneros comerciais e a proteção da indústria portuguesa. Assim, igualava as partes da Monarquia e promovia uma unidade comandada pela fiscalização estatal. Para tanto, propunha o fortalecimento da frota portuguesa voltada ao comércio, associando-o à defesa militar. Na concepção de Borges Carneiro, as instituições políticas deveriam comandar a integração econômica, e por isso não precisariam estar fortemente submetidas a uma autoridade central. A autonomia política das partes poderia ser aceita desde que a integração de mercados fosse obtida.

Antonio Carlos, porém, descartava completamente a exclusividade comercial, defendendo a abertura dos portos. Aventava a cobrança de impostos superiores para as mercadorias estrangeiras, mas não admitia o monopólio. Assim como Borges Carneiro, reconhecia a necessidade de incrementar a frota portuguesa, mas sua função seria exclusivamente militar. O Estado deveria proteger a indústria nacional, de seu ponto de vista, mas essa proteção deveria se estender às diversas regiões brasileiras, não se restringindo aos artigos industriais de Portugal.

No entanto, o ponto mais interessante das divergências parece ter sido o da integração. Antonio Carlos não admitia a integração luso-brasileira tal como era proposta por Borges Carneiro. Mas, ainda que defendendo a existência de um Reino do Brasil, não avançava qualquer medida econômica que integrasse as suas diversas províncias. Não pensava em complementaridade de interesses entre elas e atribuía o papel de controle e fiscalização comercial às juntas provinciais. Nesse sentido, renovava a oposição entre poderes integrados e confederados.

Interessante notar que Borges Carneiro obteve o apoio da maior parte dos deputados do Brasil. Uma declaração de votos contrária ao seu projeto só foi assinada por paulistas, baianos e pernambucanos, evidenciando a adesão de todos os outros. E, mesmo assim, dos sete pernambucanos presentes no Congresso, somente quatro assinaram o texto.

A união entre baianos e paulistas, porém, não ocorreu de imediato. Como vimos, os baianos eram radicalmente contra a preponderância do Rio de Janeiro sobre as outras províncias do Brasil. Associaram-se à bancada de São Paulo pontualmente, mas não haviam assumido a defesa de seu

programa. A aproximação ocorreu durante as discussões sobre as relações comerciais, quando a defesa da autonomia provincial foi integrada ao projeto paulista, atingindo, inclusive, a esfera da economia.

Uma última questão parece ter sido decisiva para a definição dos baianos: o envio de tropas para a sua província, no final de maio de 1822.

Em discurso proferido alguns dias antes, justamente quando se recebia a notícia do "Fico" de D. Pedro, o paulista Feijó¹¹ dizia só reconhecer a província como unidade política portadora de um pacto naquele momento e, assim, associava a proposta do Reino do Brasil à autonomia provincial. O recado estava dado: o governo de Lisboa não reconhecia a autonomia provincial, enquanto o do Rio de Janeiro, amparado pelo programa paulista, poderia fazê-lo.

Entre os meses de junho e setembro de 1822, os debates seguiram formalmente. Dois governos já estavam formados e se opunham sem possibilidade de conciliação. Nenhuma proposta de integração feita em Lisboa conseguia unir os parlamentares, que, ainda assim, clamavam pela unidade da nação portuguesa.

Alguns problemas

O exame da utilização do conceito de nação nas Cortes de 1821 e 1822 permite algumas conclusões e, também, a formulação de novos problemas.

Em primeiro lugar, a oposição Portugal *versus* Brasil não parece ser a melhor chave para a compreensão dos discursos proferidos em Lisboa. A transferência da Corte e as determinações de 1815 haviam introduzido novos conflitos em uma crise já em andamento: os habitantes de Portugal sentiam-se na posição de submissão à ex-Colônia e no Brasil a oposição ao Rio de Janeiro, principalmente no Nordeste, aparecia como mais intensa do que o conflito com Portugal. Tais ingredientes permitiram alianças dentro do Congresso que não obedeciam à qualificação "brasileiros e portugueses".

Essa situação particular da crise do império luso-brasileiro trazia à tona todas as diversidades dos séculos de colonização na América. Os representantes provinciais em Lisboa procediam de conflituosas eleições que, certamente, expressavam "pactos" locais. Quando Feijó, por São Paulo, dizia só reconhecer a província como unidade política, estava admitindo a existência de alguns acordos regionais que deveriam ser respeitados para a confecção de uma nova unidade nacional.

No entanto, como vimos, a província no Brasil foi uma invenção das próprias Cortes. Lá, três delegações chegaram a apresentar suas fórmulas para a nova organização do Estado: as de pernambucanos, baianos e paulistas. As representações apareceram como resultado das regras eleitorais e é impossível saber se espelhavam os interesses consolidados regionalmente. Por exemplo, quais outros deputados do Brasil seriam atraídos por

(11) O padre Diogo Antonio Feijó foi indicado como deputado pela Câmara de Itu. Tornou-se posteriormente um importante político do império brasileiro. Foi deputado em 1827, ministro da Justiça durante a Regência em 1831, senador e, finalmente, regente na menoridade de D. Pedro II, entre 9 de outubro de 1835 e 19 de setembro de 1837, quando se demitiu. Durante o período regencial, esteve ligado ao grupo dos "moderados", que, basicamente, buscava transferir os poderes antes conferidos ao imperador a alguns setores da elite brasileira. Como regente, enfrentou duas importantes rebeliões separatistas: a Cabanagem, no Pará (1835-40), e a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-45).

esses "pactos" mais evidentes no Congresso? Até que ponto as províncias representadas correspondiam às regiões formadas durante a colonização?

Isso não invalida, porém, a identificação de uma oposição entre os deputados de Portugal e do Brasil. Avançamos como conclusão aquela que nos parece a mais importante: o integracionismo marcava as propostas feitas na Europa e a defesa da autonomia local unia as diversas propostas feitas na América.

Os liberais de Portugal, moderados e integracionistas, tinham em comum a defesa da soberania nacional, resultado de um sentimento nacionalista acalentado desde as invasões e a transferência da Corte. A nação portuguesa só deveria incluir os habitantes do Brasil se fosse integrada para a posse dos territórios colonizados. Por isso, reivindicavam a tradição e a união de uma mesma família, que em razão de um pacto histórico deveria se impor em face do monarca.

Os pernambucanos aderiram à proposta integracionista de Fernandes Tomás, mas dela se distanciaram quando as Cortes decidiram pelo envio de tropas a Pernambuco. Parte da delegação também subscreveu a proposta de integração de mercados apresentada por Borges Carneiro. No entanto, a defesa localista parece ter sido o motivo de todas as alianças feitas pela delegação durante o trabalho das Cortes.

Baianos e paulistas, por sua vez, transformaram a defesa localista em projetos políticos. A "confederação" proposta pelos baianos isolava completamente as unidades provinciais, e o império do programa de São Paulo acabou incluindo a autonomia provincial como parte da proposta inicial. Esse ponto comum associava-se a um outro: a nação deveria ser formada naquele momento por um novo pacto político. Como disse Antonio Carlos, a união só seria possível mediante um milagre perpetrado pela política.

Aqui, identificamos uma outra divergência importante entre os habitantes de Portugal e os do Brasil. Aqueles falavam de uma nação formada pela história e estes referiam-se a uma nação que a arte da política deveria soldar, pensando em uma nação/Estado que organizasse administrativamente os diversos poderes locais. A artificialidade do "pacto" servia como forma de preservação dos espaços já conquistados regionalmente.

O império proposto pelos paulistas, porém, incorporava um símbolo para a unidade: um representante da família de Bragança. Interiorizava o papel unificador antes desempenhado pela Metrópole, transferindo-o para o território brasileiro. Tratava-se de poder simbólico na proposta inicial, uma vez que o príncipe seria diretamente controlado por uma Assembléia de deputados provinciais.

No entanto, se essa grande linha divisória pode ser mantida, outras alianças devem ser mais bem compreendidas.

Notamos que em Portugal a proposta de União Ibérica teve peso importante quando da instalação da Constituinte. A idéia da união de províncias a partir do Texto de Cádiz foi motivo de grandes divergências quando da definição das instruções eleitorais. Nesse momento, Borges Carneiro defendeu a Constituição de Cádiz em oposição a Fernandes Tomás.

Como vimos, essa divergência foi retomada várias vezes durante as sessões das Cortes.

Estes líderes portugueses eram representantes de dois centros comerciais diferentes: Borges Carneiro alinhava-se com os negociantes de Lisboa e Fernandes Tomás com os do Porto. Até que ponto tais propostas representavam interesses distintos no interior dos domínios da Monarquia? Por que a resistência organizada a partir do Porto foi a primeira a negar uma possível integração com a Espanha?

A mesma indagação pode ser explorada no que se refere aos deputados do Brasil. Seria possível pensar em um alinhamento Rio de Janeiro/Pernambuco/Lisboa *versus* Porto? E, na fase posterior, um novo alinhamento Bahia/São Paulo *versus* Pernambuco/Rio de Janeiro/Lisboa?

Tais questões só podem ser respondidas a partir de um melhor conhecimento sobre os deputados do Brasil e seus vínculos regionais. Ainda se está por saber até que ponto os interesses econômicos regionais podem ter sido o motivo para essas possíveis alianças, e ainda é necessário indagar sobre os vínculos de integração político-administrativa com o Rio de Janeiro, sede da Monarquia desde 1808.

No entanto, sabemos que o "milagre" enunciado por Antonio Carlos foi um grande desafio para a formação do Estado brasileiro. A separação dos dois reinos não eliminou a necessidade de soldar "corpos heterogêneos" por meio de acordos políticos que concilhassem os poderes locais. A questão que o programa de São Paulo incorporou às sessões das Cortes repercutiu em inúmeras divergências após o retorno dos deputados: depois de convocada, a Assembléia Constituinte foi dissolvida e o poder do imperador reforçado, coibindo-se a autonomia provincial.

Os "pactos" regionais visíveis no Congresso deram lugar a inúmeros agrupamentos políticos. Defender o fortalecimento do poder central ou a autonomia provincial foi um dos grandes temas abordados por todos os projetos para o Brasil do século XIX. A polêmica das Cortes foi retomada inúmeras vezes. José Bonifácio e Antonio Carlos de Andrada e Silva atualizaram suas concepções para a formação do novo Estado e conviveram com a posição divergente de Diogo Antonio Feijó.

O império federativo enfrentou diversas manifestações separatistas, conseguiu contê-las por meio da "arte da política" e, também, pela força das armas. No âmbito do novo Estado, a forma imperial possibilitou aos detentores dos poderes locais um meio para a associação, que lhes garantiu a estabilidade interna e a manutenção das relações escravistas. Mas as divergências sobre o federalismo atingiram, até mesmo, o Brasil-República.

Recebido para publicação em
1º de junho de 1998.

Márcia Regina Berbel é professora de história da Unesp/Marília.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 51, julho 1998
pp. 189-202
